

**REQUERIMENTO PARA:****➤ AUTORIZAÇÃO DE SUSPENSÃO DE  
EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA**

*Nos termos do Decreto-Lei nº 3400/2007*

A preencher pela entidade coordenadora

Nº Reg. DUR \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº Guia: \_\_\_\_\_ Valor: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Espaço reservado aos serviços

**Despacho:**

**Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra**

**1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Nome ou Denominação Social \_\_\_\_\_

Nº de Contribuinte ou Identificação de Pessoa Coletiva \_\_\_\_\_

Nome do representante legal \_\_\_\_\_

Nº de Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão / Passaporte \_\_\_\_\_ Data de Emissão  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Arquivo de Identificação \_\_\_\_\_

Vem requerer a V. Exa., no âmbito do Dec. Lei nº 340/2007, de 12 de Outubro, autorização para suspender a exploração da  
pedreira, abaixo indicada:

**2 - PEDREIRA**

Nº DA PEDREIRA \_\_\_\_\_ DENOMINAÇÃO \_\_\_\_\_

**3 - LOCALIZAÇÃO DA PEDREIRA**

LOCAL \_\_\_\_\_

FREGUESIA \_\_\_\_\_

CONCELHO \_\_\_\_\_

DISTRITO \_\_\_\_\_

O período solicitado para a suspensão é de \_\_\_\_\_ Dias

Os motivos que justificam o pedido prendem-se com:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O requerente compromete-se a comunicar, previamente, à Câmara Municipal de Sintra a reativação da exploração da pedreira e no decorrer da situação proposta a fazer cumprir todas as disposições legais aplicáveis à exploração de pedreiras, nomeadamente as de ordem técnica e as que têm a ver com a segurança e saúde dos eventuais trabalhadores e de terceiros, a preservação do ambiente e a recuperação paisagística, no âmbito do Decreto-lei nº 340/2007 de 12 de Outubro e demais legislação em vigor.

Pede deferimento,

Sintra, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

(assinatura do requerente)

IMP.PS.01.469.01

### Instruções

#### Juntar:

☐ Exibir Bilhete de Identidade e Cartão de contribuinte ou Cartão do Cidadão

#### Notas:

- No caso de **peças coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário** deve juntar fotocópia da procuração;
- Na qualidade de **proprietário** ou **superficial** deve juntar certidão da conservatória válida e quando o prédio estiver omissa, certidão negativa do registo predial acompanhada da fotocópia da caderneta predial onde constem os artigos matriciais correspondentes ao prédio.
- No caso de **copropriedade** deverá ser apresentado fotocópia do B.I. de todos os coproprietários. Em caso de administração conjunta ou de empresa deverá ser apresentada fotocópia do registo comercial / pessoa coletiva.
- Na qualidade de **usufrutuário** deve juntar fotocópia da escritura notarial;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais;
- Formulário elaborado tendo por base o modelo RG10 da DRE do Ministério da Economia e Inovação

#### Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → Serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

#### Base Legal e Regulamentar:

- Decreto-lei nº 270/2001 de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 340/2007 de 12 de Outubro e retificado pela Declaração de Retificação nº 108/2007 de 11 de Dezembro.